



Dossiê II Congresso Internacional Psicanálise e Filosofia: Psicanálise e os Labirintos da Alma

doi Psicopatologia da dominação: Frantz Fanon e Grada Kilomba sobre o trauma colonial

The Psychopathology of Domination: Colonial Trauma in the Thought of Frantz Fanon and Grada Kilomba

ID Jéssica Kellen Rodrigues

Resumo: O presente texto explora as consequências psíquicas da dominação por meio das análises de Frantz Fanon e de Grada Kilomba e do conceito de trauma colonial. A proposta é destacar alguns aspectos históricos e sociais que permitem compreender como a estrutura da dominação, mediada pela violência colonial, resultou em psicopatologias nos colonizados e como esse efeito violento é abordado pela psicanálise. Por meio da análise da dominação e de seus efeitos nocivos, Fanon demonstra como as experiências de opressão, desumanização e violências físicas, inerentes ao processo de dominação de territórios e grupos de pessoas, geram traumas profundos que se manifestam em diversas formas de sofrimento psíquico. Além disso, destaca-se no texto que a violência colonial promovida no processo de dominação não se limita ao passado, no qual as práticas de dominação geravam efeitos imediatos, mas continua a produzir impactos duradouros nas sociedades pós-coloniais, na medida em que as próprias ferramentas de dominação permanecem atualizando suas formas de manutenção do poder e, portanto, reproduzindo novas violências contra grupos não hegemônicos. Para compreender, então, os efeitos psicossomáticos da dominação, faz-se necessário um entendimento das relações de poder que se perpetuaram ao longo do tempo e que se atualizam constantemente para a sustentação de uma lógica de dominação que resulta, entre outras consequências, no adoecimento de pessoas pertencentes a grupos minorizados. Este artigo não pretende esgotar o tema, mas, sim, destacar algumas questões centrais que podem servir como ponto de partida para aprofundamentos futuros.

Palavras-chave: trauma colonial; dominação; violência colonial; psicopatologia.

Abstract

This text explores the psychic consequences of domination through the analyses of Frantz Fanon and Grada Kilomba and the concept of colonial trauma. The aim is to highlight some historical and social aspects that help to understand how the structure of domination, mediated by colonial violence, resulted in psychopathologies in the colonized and how this violent effect is addressed by psychoanalysis. Through the analysis of domination and its harmful effects, Fanon demonstrates how experiences of oppression, dehumanization, and physical violence, inherent to the process of

domination of territories and groups of people, generate deep traumas that manifest in various forms of psychological suffering. Furthermore, the text emphasizes that the colonial violence promoted in the process of domination is not limited to the past, in which domination practices generated immediate effects, but continues to produce lasting impacts in postcolonial societies, insofar as the very tools of domination keep updating their forms of power maintenance and, therefore, reproducing new forms of violence against non-hegemonic groups. To understand, then, the psychosomatic effects of domination, it is necessary to grasp the power relations that have been perpetuated over time and that are constantly updated to sustain a logic of domination that results, among other consequences, in the illness of people belonging to minoritized groups. This article does not intend to exhaust the subject, but rather to highlight some central issues that may serve as a starting point for future elaborations.

Keywords: colonial trauma; domination; colonial violence; psychopathology.

1. Introdução

A dominação dos territórios, a implantação de colônias e a exploração de terras e povos são aspectos fundamentais do processo histórico conhecido como colonização. Esse processo foi estruturado para garantir que um grupo específico de pessoas pudessem usufruir dos benefícios provenientes da dominação de territórios e povos, assegurando a sustentação de seus privilégios. A colonização garantiu a dominação e sua manutenção por longos anos em diversos territórios ao redor do globo, além de instituir uma estrutura que se atualiza constantemente para assegurar que o grupo hegemônico permaneça no poder. Como nos mostra Sueli Carneiro, em seu texto *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023), ao se apoiar na noção de dispositivo de Michel Foucault, a sociedade se organiza por meio de um dispositivo que gerencia as relações sociais estabelecendo uma lógica de poder. A colonização, portanto, é sustentada por um dispositivo que garante a perpetuação de determinado propósito, sendo o propósito principal a dominação, uma vez que, esta é uma expressão de poder. Nesse sentido, Carneiro nos diz: “Dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em um determinado campo e se desvela pela articulação que engendra de uma multiplicidade de elementos, pela relação de poder que entre eles se estabelece” (Carneiro, 2023 p. 27).

O dispositivo é o que conecta as instituições, as leis, a educação, a linguagem e outros elementos que compõem a sociedade, de forma a garantir que ela funcione conforme os interesses do grupo dominante (Carneiro, 2023, p. 27)¹.

A estrutura colonial é, então, regida por esse dispositivo que garante a permanência de um determinado grupo no poder. Para Carneiro, esse dispositivo começou a atuar no período da escravização e, até os dias atuais, mantém os mesmos interesses daquela época. Segundo a autora, trata-se de um dispositivo de racialidade, que serviu para fundamentar a escravização do povo negro e estruturar a sociedade moderna a partir de uma hierarquia racial, na qual pessoas não brancas serão subjugadas para garantir os interesses do grupo branco. Neste sentido, apesar da mudança do sistema político e do fim da escravização, o dispositivo de racialidade continua gerindo as relações sociais e estruturando nossa comunidade de forma racista. Isto é, o dispositivo de racialidade se atualiza para manter determinado grupo em condição de subjugação, em detrimento do grupo hegemônico, mesmo que o modelo político vigente tenha sido alterado. Isso porque, como diz Carneiro (2023, p. 27): “dispositivo fica disponível para ser operacionalizado em diferentes circunstâncias e momentos, se autorreproduzindo mediante seu preenchimento estratégico”. A manutenção dessa condição de

¹ Para Foucault, “O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 1979, p. 244).

subjugação se dá também por meio da consolidação, no simbólico social, de uma inferiorização dos não brancos. Desta forma, o dispositivo de racialidade incute na sociedade uma hierarquia racial que é tida como natural, com os não brancos sendo considerados naturalmente inferiores aos brancos, o que justificaria toda a dominação.

Sendo assim, as consequências sociais, políticas e econômicas da dominação são resguardadas por diversos discursos que naturalizam estrategicamente a desigualdade. Essa violência colonial também gerou traumas psicológicos que atravessam gerações. As condições de possibilidade de existência em uma sociedade estruturalmente racista, que oprime, desumaniza e, quando não domestica, mata, causam sofrimentos psíquicos intensos e duradouros. Além disso, como ferramenta de dominação, o adoecimento psíquico das pessoas não brancas serve aos interesses do grupo hegemônico. Este é o aspecto central que buscaremos tencionar nesta investigação: como o trauma colonial serve de ferramenta para manutenção da lógica de dominação? É importante ressaltar que, neste texto, algumas questões centrais que ajudam a construir um debate acerca do trauma colonial serão mobilizadas, mas sem a pretensão de esgotar todas as implicações desse tema tão fundamental para o pensamento pós-colonial e anticolonial.

2. Psicopatologia da dominação

A dominação colonial é um sistema de poder em que um grupo de pessoas, que detém uma identificação étnica, cultural e/ou nacional, busca ampliar seu território, seus bens materiais e enriquecer a partir da exploração de outros grupos de pessoas e de seus territórios. Esse grupo é compreendido como um grupo hegemônico, pois constrói historicamente, por meio da força bélica e do poder econômico a capacidade de se impor como superior aos demais grupos. Assim, o grupo se estabelece como hegemônico ao utilizar a violência física e psicológica para sustentar uma estrutura de privilégios. Nesse sentido, a dominação colonial se estabelece por meio da violência colonial, que utiliza diversas ferramentas de atuação sobre o grupo dominado. Essa dinâmica pode ser observada na história mundial, em que o avanço econômico dos países colonizadores foi fundamentado na exploração de recursos naturais e humanos, legitimados pelo estabelecimento de leis, pela imposição de culturas e costumes, pela criminalização de culturas locais e formas de conhecimento, e pela marginalização da língua e da religião de outros povos, em detrimento da cultura, língua, religião e conhecimentos do colonizador. O processo de marginalização e criminalização das línguas, da cultura e da religião dos povos de um território invadido ocorre pela imposição de uma organização política, econômica e cultural conhecida como colônia. A colônia se estabelece no território invadido e, a partir

daí, criminaliza a cultura própria daquele povo que está sendo colonizado, em detrimento da sua própria cultura. A dominação colonial, portanto, é a invasão de um território e o estabelecimento de uma organização política, econômica e cultural que atende aos interesses e à cultura do povo colonizador².

Para Frantz Fanon, a dominação é um processo que abrange inúmeras formas de atuação sobre a sociedade violentada. Isso ocorre porque, além da imposição de uma estrutura política e econômica, envolve também uma violência aos corpos e a psique dos povos colonizados. Desta forma, a dominação colonial é uma violência que se estende às dimensões culturais e psicológicas, indo além da exploração do território e dos corpos. Além disso, eu preciso dizer que a colonização é uma violência que se manifesta em todos os aspectos da vida humana e da humanidade como um todo, para garantir o poder sobre um determinado grupo. Como afirma Fanon no texto “Racismo e Cultura” (1956/2011), a colonização tem como características:

Exploração, torturas, razias, racismo, liquidações coletivas, opressão nacional, revezam-se em níveis diferentes para fazerem, literalmente, do autóctone um objeto nas mãos da nação ocupante. [...] Este homem-objeto, sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático. (Fanon, 1956/2011, p. 277)

Sobre o aspecto de desumanização, que é fundamental para garantir a submissão e a exploração, assegurando a continuidade da hegemonia de um grupo, analisaremos essa dinâmica por meio da noção de trauma colonial que aparece no texto de Grada Kilomba *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2008/2019) para conceituar as psicopatologias da dominação apresentadas por ela e por Fanon. A psicopatologia da dominação é resultado das violências diversas que são usadas contra os povos de determinado território que será explorado. Fanon descreve a dominação como uma violência que não é apenas física, mas também simbólica, na medida em que o colonizador, para garantir a manutenção constante dos benefícios da exploração material e do controle sobre os corpos, demanda a domesticação e a contenção das potências de insurgência do povo dominado. Para tanto, o controle de todos os aspectos que asseguram a humanidade desse povo é fundamental. Dito de outra forma, a colonização reduz o ser humano a um “estado de coisas”, negando-lhe a humanidade e transformando-o em propriedade ou objeto de ganho material. Nesse sentido, a dominação é um processo de constante desumanização que perdura no tempo e se impõe

² Importante dizer que esse contato da cultura do invasor com o colonizado acaba por produzir uma cultura híbrida que resguarda traços tanto da cultura do colonizado quanto da cultura do colonizador. Não iremos nos deter nesse aspecto no texto, porém, para aprofundar nesta questão sugerimos os trabalhos de Lélia González e Paul Gilroy.

ao colonizado de forma insidiosa, afetando a maneira como ele se percebe e se relaciona com o mundo.

Esse processo de colonização, que diz respeito à forma como um indivíduo se percebe no mundo, está vinculada diretamente à subordinação psicológica. Para Fanon, essa subordinação é fundamental para o funcionamento da dominação colonial e ocorre por meio da inferiorização, com o estabelecimento de uma hierarquia étnica que sustenta a ideia de que o grupo colonizador é superior ao grupo colonizado. Fanon afirma:

Primeiro a terra: a terra que deve garantir o pão e, é claro, a dignidade. Mas, essa dignidade não tem nada a ver com a dignidade da “pessoa humana”. Dessa pessoa humana ideal, ele nunca ouviu falar. O que o colonizado viu no seu solo é que se podia impunemente prendê-lo, espancá-lo, esfomeá-lo; e nunca nenhum professor de moral, nunca nenhum padre veio a receber pancadas em seu lugar nem dividir seu pão com ele. Para o colonizado, ser moralista é, muito concretamente, calar a arrogância do colono, quebrar a sua violência ostensiva, em uma palavra, expulsá-lo simplesmente da paisagem. (Fanon, 1968/2005, p. 33)

O objetivo dessa violência e destruição é garantir que o colonizado permaneça submetido à condição de explorado, sem romper com a lógica de poder estabelecida pela dominação.

Charles Mills, em seu texto *O Contrato Racial* (1997/2023) ao analisar o fenômeno da mercantilização dos povos negros e a constituição da sociedade moderna, mostra que há um fundamento essencial para a dominação que é o *Contrato Racial*³ - pensando em diálogo contrato social clássico - resguarda os traços históricos, políticos, sociais e epistemológicos que fundamentam as relações de poder na sociedade moderna. De acordo com Charles Mills, O Contrato Racial é a melhor forma de diagnosticar os fundamentos e acordos que estruturam a sociedade moderna, pois revela o princípio não declarado de uma hierarquia racial que sustenta essa sociedade. Isto é, o fundamento da sociedade moderna e das relações de poder que a compõem têm como base uma hierarquia racial.

³ “O contrato racial é aquele conjunto de acordos ou meta-acordos formais ou informais (contratos de nível superior sobre contratos, que estabelecem os limites de validade dos contratos) entre os membros de um subconjunto de seres humanos, doravante designados por (mutáveis) critérios “raciais” (fenotípicos/genealógicos/culturais) C1, C2, C3..., como “branco” e coextensivos (levando em consideração a diferenciação de gênero), com a classe de pessoas plenas, para categorizar o subconjunto restante de seres humanos como “não brancos” e com um status moral diferente e inferior, subpessoas, de modo que tenham uma posição civil subordinada em regimes políticos brancos ou governados por brancos que os brancos já habitam ou estabelecem; ou em transações com esses regimes na condição de estrangeiros, com as regras morais e jurídicas que normalmente regulam o comportamento dos brancos em suas relações uns com os outros, não se aplicando de maneira alguma em relações com não brancos ou aplicando-se apenas de forma qualificada (dependendo em parte da mudança das circunstâncias históricas e de qual variedade particular de não brancos está envolvida); mas, de qualquer modo, o objetivo geral do contrato é sempre criar um privilégio diferencial dos brancos como grupo em relação aos não brancos como grupo, a exploração de seus corpos, terras e recursos e a negação de oportunidades socioeconômicas iguais para eles” (Mills, 1997/2023. p. 26).

O que nos interessa do *Contrato Racial* é a maneira como ele condiciona uma visão do subjugado como estratégia política. Essa estratégia está resguardada também no aspecto epistemológico, que Mills conceitua como “epistemologia invertida” – um processo de construção discursiva e epistemológica que visa sustentar, tanto no discurso quanto na produção científica, uma visão dos não brancos como sendo hierarquicamente inferiores aos brancos. A “epistemologia invertida” constrói uma forma de enxergar a realidade que sustenta a ideia de que os brancos são indivíduos superiores e, portanto, possuem direitos naturais para dominar os não brancos. Essa condição fundamental do contrato é também fundamental para a sustentação da subjugação psíquica das pessoas não brancas à ordem de poderes estabelecida pelos brancos. Todo esse processo foi, ao longo do tempo, justificado na ideia de “levar civilização a povos não-civilizados”. Essa visão, de que povos não brancos não são civilizados enquanto os povos brancos o são, e, por isso, o último têm o direito e o dever de intervir em sociedades consideradas não civilizadas, é uma concepção falsa e, ao mesmo tempo, estratégica. Essa narrativa foi usada pela ciência, pela igreja, pela linguagem e pela filosofia para estrategicamente legitimar e consolidar as leis, as normas morais e os movimentos políticos da dominação. Mills nos mostra como, em termos epistemológicos, as áreas do conhecimento produziram proposições sobre os povos não brancos na tentativa de fundamentar no âmbito do conhecimento uma hierarquia racial. Diz Mills:

Na filosofia pode se traçar esse fio comum através das especulações de Locke sobre a incapacidade das mentes primitivas, A negação de David Hume de que qualquer outra raça, exceto os brancos, havia criado civilizações válidas, as ideias de Kant sobre os diferenciais de racionalidade entre negros e brancos, a conclusão poligenética de Voltare de que os negros eram uma espécie distinta em menos capaz, o julgamento de John Stuart Mill de que essas raças “em sua não idade”, estavam aptos apenas para o “despotismo”. A suposição da inferioridade intelectual não branca era generalizada, mesmo que nem sempre elaborada no interior do aparato pseudocientífico que o darwinismo mais tarde tornaria possível. (Mills, 1997/2023, pp. 100-101)

Todos os argumentos apresentados por Mills, extraídos de grandes autores da história do pensamento, são uma amostra do modo como, no discurso comum, se construiu uma visão das pessoas não brancas como sendo inferiores às pessoas brancas. Além disso, sustentou-se a importância indubitável destes autores para a compreensão do real. Desta forma, como tais afirmações foram feitas por autores incontestáveis, justifica-se a possibilidade e o direito de conduzir civilização e, portanto, explorar povos considerados não civilizados. Toda essa visão sobre os povos não brancos possui uma função política estratégica. É necessário que essa “epistemologia invertida” tenha a adesão não só dos brancos, mas também dos não brancos, para que essa epistemologia cumpra

sua função de condicionar as relações de poder dentro das sociedades colonizadas. O fato é que esse modo de olhar para a realidade – a estrutura de hierarquização racial e o estabelecimento das pessoas brancas como hegemonicamente no poder – gerou e ainda gera, até os dias de hoje, efeitos nefastos nas condições de vida das pessoas não brancas. Por trás desses enunciados, há uma estratégia de dominação que busca a inferiorização do colonizado. Mills afirma ainda que:

Pode-se dizer, então, como regra geral, que o mal-entendido, a deturpação, a evasão e o autoengano brancos em questões relacionadas a raça estão entre os fenômenos mentais mais difundidos das últimas centenas de anos, uma economia cognitiva e moral psicologicamente necessária para a conquista, colonização e escravização. E esses fenômenos não são de forma alguma acidentais, mas prescritos pelos termos do contrato racial, que exige um certo esquema de cegueiras e opacidades estruturadas para estabelecer e manter o regime político branco. (Mills, 1997/2023, p. 53)

A colonização demanda uma adesão do discurso falso tanto daqueles que serão subjulgados quanto daqueles que são privilegiados pela lógica da dominação. A sustentação de todo um simbólico em torno da inferiorização de um grupo de pessoas só é possível com uma adesão significativa dos pressupostos da epistemologia invertida – de que pessoas não brancas são naturalmente inferiores – para que essas ideias sejam difundidas. Essa lógica racista, apresentada por Fanon e Mills, também é fundamental para as análises de Grada Kilomba, que, em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2008/2019), descreve essa estrutura de hierarquização racial como uma constituição central do racismo. Para Kilomba, o Racismo pode ser compreendido a partir de três características que são: construção de/da diferença; a atribuição de valores hierárquicos a essas diferenças e, por fim, a terceira característica está relacionada ao fato de que ambos os processos implicam poder (Kilomba, 2008/2019, pp. 75-76).

Os três processos apontados por Kilomba para definir o racismo dialogam com as considerações sobre o processo de dominação, especialmente no que diz respeito à forma como o colonizado será considerado um indivíduo inferior para responder às necessidades da colonização. Nesse sentido, o modo como Kilomba nos apresenta a constituição desse “Outro”, diferente do sujeito hegemônico, são os fundamentos do racismo que estruturam as relações sociais e são condições fundamentais para a manutenção do processo de dominação. De acordo com Kilomba, o racismo se estabelece, primeiramente, pela construção de/da diferença, dividindo os grupos entre iguais e diferentes, sendo que, aqueles que são diferentes do grupo hegemônico são enquadrados a partir da inferiorização e marginalização de suas características. O que será considerado “diferente” ou que marcará a “diferença” é tudo aquilo que não corresponde às características da branquitude. O segundo

processo consiste em tomar aquilo que é considerado como diferente como sendo inferior, criminalizando-o e atribuindo-lhe um valor negativo, enquanto se assume que tudo o que corresponde a branquitude é dotado de um valor hierárquico superior. Essa desvalorização do diferente e a valorização das características comuns da branquitude sustenta a hierarquia racial, que tem como base uma supremacia branca em detrimento das demais raças. Por fim, essa hierarquia racial é garantida pelo poder que o grupo hegemônico possui, ou seja, esses processos estão intrinsecamente ligados a um poder econômico, histórico, social e político. Diz Kilomba:

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é “diferente” de quem? É o sujeito negro “diferente” do sujeito branco ou o contrário, é o branco “diferente” do negro? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma a norma branca. [...] A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo. [...] Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. [...] O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. (Kilomba, 2008/2019, pp. 75-76)

O racismo tem o preconceito como sua expressão direta, e esse preconceito surge da concepção racista de inferiorização dos não brancos, criada para a subjugação desses grupos. Além disso, o preconceito, somado ao poder, é responsável pela produção de diversas desigualdades, que funcionam como formas de controle e opressão. Em outras palavras, o racismo opera sobre os recursos globais, impedindo o acesso de pessoas não brancas à saúde, educação, emprego, entre outros direitos. Essa operacionalidade de exclusão do racismo atua, segundo Kilomba, em níveis distintos da estrutural social. Assim, ela identifica alguns níveis de operacionalidade do racismo; o racismo estrutural, o racismo institucional e o racismo cotidiano. O racismo estrutural refere-se à estrutura da sociedade e aos meios oficiais que determinam o funcionamento dessa sociedade. Ele está presente nas estruturas governamentais, educacionais, econômicas e até nas estruturas urbanas, que são organizadas de maneira a garantir privilégios ao grupo hegemônico, enquanto produzem mecanismos de exclusão para os não brancos. A mesma lógica se repete nas instituições oficiais, que promovem leis, princípios e dogmas responsáveis pela hierarquização racial, condicionando os não-brancos à marginalização. O racismo cotidiano, por sua vez,

[...] refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido, mas também como Outri-dade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. (Kilomba, 2008/2019, p. 78)

O que Kilomba nos mostra é que a construção do/da Outra, do/da diferente, tem como função atribuir ao grupo dominado todas as mazelas rejeitadas pelo grupo hegemônico. Ser colocado no lugar de Outra do eu hegemônico significa ser relegado a uma condição de negação do direito de existir como igual⁴. O racismo posiciona as pessoas negras como “um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade” (Kilomba, 2008/2019, p. 78). Ou, como bem ilustra Lélia Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzalez, 1984), a mulher negra é, ao mesmo tempo, endeusada no carnaval, como rainha, e obrigada a entrar pelas portas dos fundos no edifício dos mesmos que a aplaudiram durante o carnaval.

Toda a objetificação e violência colonial que permeiam as relações sociais são estrategicamente estabelecidas para garantir o sucesso da dominação e a manutenção dos privilégios do grupo hegemônico. A objetificação ocorre, sobretudo, por meio da desumanização daqueles que são vítimas da colonização, de modo a dismantelar qualquer forma de resistência e insurgência sustentadas pela busca por condições de existência justas.

Os efeitos da violência colonial são devastadores na vida dos colonizados. Além das diversas violências físicas, a criminalização das culturas, o encarceramento em massa, o roubo da liberdade, a desumanização, entre outras formas de violação da vida dos colonizados, um dos efeitos da violência colonial é o adoecimento psíquico. Fanon apontou o adoecimento psíquico como um efeito resultante da colonização, destacando também a dificuldade de tratar os colonizados de forma que os levassem a “cura”. Isso porque a situação colonial estava sustentada em um sistema de violência sistemática, que só possibilitaria uma “cura” com o fim da condição colonial (Fanon, 1968/2005, p. 212).

Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recuar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’ [...] No período de colonização não contestada pela luta armada, quando a soma de excitações nocivas ultrapassa um certo limite, as posições defensivas dos colonizados desmoronam, e estes últimos se vêem então em grande número

⁴ “Toda vez que sou colocado como ‘outra’ seja a ‘outra’ indesejada, a ‘outra’ intrusa, a ‘outra’ perigosa, a ‘outra’ violenta, a ‘outra’ passional, seja a ‘outra’ suja, a ‘outra’ excitada, a ‘outra’ selvagem, a ‘outra’ natural, a ‘outra’ desejável ou a ‘outra’ exótica, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o ‘Outra/o’ da branquitude, não o eu e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual.” (Kilomba, 2008/2019, p. 78).

nos hospitais psiquiátricos. Há, portanto, nesse período calmo de colonização vitoriosa uma regular e importante patologia mental produzida diretamente pela opressão. (Fanon, 1968/2005, p. 212)

Esse adoecimento psíquico resultante da violência colonial é o que podemos compreender como trauma colonial. O trauma colonial abrange todo adoecimento psíquico causado pelas violências coloniais, que são desde agressões físicas até as invasões territoriais e a destituição da sua humanidade, isto é, toda experiência vivida na colonização e nas condições sociais que ainda sustentam o racismo estrutural e a opressão são experiências que resultam em traumas psíquicos.

3. Trauma colonial

O aparato teórico desenvolvido por Fanon para pensar o trauma está intimamente relacionado ao conceito de trauma estabelecido pela psicanálise clássica. Ao analisar suas obras, em particular, *Pele negra, máscaras brancas* (1952/2008) identifica-se uma proposta investigativa das condições sociais dos povos negros que implica diretamente na análise de psicopatologia dos povos colonizados. Essa hipótese de trabalho resultou na sua sociogênese, que, em diálogo com a filogêneses e ontogêneses da psicanálise clássica, defende que existem psicopatologias resultantes dos processos sociais, bem como das constituições econômicas e históricas⁵. Por um lado, Freud se depara com questões que envolvem o fator individual para a compreensão das psicopatologias, por outro lado, para Fanon, as psicopatologias observadas em pessoas negras estão intimamente ligadas a características histórico-políticas, econômicas e sociais. Para Fanon, o processo de dominação e o estabelecimento de colônias trazem consequências psíquicas que precisam ser consideradas a partir das vivências sociais proporcionadas por essa estrutura social. Fanon afirma:

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade. (Fanon, 1952/2008, p. 28)

A inferiorização, utilizada na dominação como estratégia para minar qualquer força de organização das pessoas não brancas, a fim de garantir o poder sobre elas, é uma das causas psicopatologias que adoecem pessoas de grupos não brancos. Um dos mecanismos de imposição

⁵ Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia (Fanon, 1952/2008, p. 28).

dessa inferioridade sobre as pessoas negras ocorre por meio da construção de uma visão de hierarquia racial, na qual apenas o grupo branco é considerado um grupo superior. A ideia de superioridade racial é internalizada por meio de discursos, imagens e narrativas, ou seja, por tudo aquilo que a cultura produz para a constituição do simbólico social. Desta forma, ao se ensinar e discursar sobre o real, se produz uma ideia de hierarquia racial, como nos mostra Mills por meio da ideia de epistemologia invertida⁶. O fato é que a experiência comum vivida entre pessoas na sociedade gera relações violentas, e essa experiência é a responsável por causar as psicopatologias⁷.

O conceito de trauma é mobilizado por Fanon a partir dos seus estudos sobre a psicanálise freudiana. Para Freud, sumariamente, podemos dizer que o conceito de trauma é elaborado no contexto de sua teoria sobre as considerações sobre as experiências de afeto e o destino das pulsões. A compreensão sobre o Trauma passa por duas etapas: a análise psicológica e a metapsicológica, considerando que ambas se complementam na teoria freudiana. Na primeira análise, o conflito psicológico refere-se a desejos que se conflituam, podendo ocorrer devido à coexistência de desejos distintos e contraditórios no consciente e no inconsciente. No segundo caso, trata-se de uma investigação voltada para a dinâmica de energia dentro do aparelho psíquico. Neste caso, o trauma envolve um investimento excessivo de energia em uma representação que extrapolam as possibilidades de elaboração, fazendo com que esse excesso de energia gere um desequilíbrio psíquico que, em última instância, resulta em adoecimento psíquico. Em sua obra *Introdução à psicanálise*, Freud afirma:

E, mesmo, o termo traumático não tem outro sentido senão um sentido econômico. Chamamos assim um acontecimento vivido que, no espaço de pouco tempo, faz intervir na vida psíquica um tal acréscimo de excitação, que sua supressão ou sua assimilação pelas vias normais se torna uma tarefa impossível, o que tem por efeito perturbações duradouras na utilização da energia. (Freud, 1934, p. 250)

Laplanche e Pontalis, ao analisarem a noção de trauma em Freud, destacam que o trauma pode acontecer em decorrência de um único evento violento ou pela acumulação de investimentos de energia provocados por violências sistemáticas que fazem parte da vivência do indivíduo.

⁶ Conferir páginas 5 e 6 deste texto.

⁷ Sabemos que mesmo as pessoas em geral são afetadas pelas relações sociais e todas desenvolvem, ainda que com intensidades diferentes, psicopatologias. No entanto, nosso propósito é destacar como a situação colonial e o racismo estrutural promovem socialmente formas específicas e sistemáticas de adoecimento psíquico em pessoas negras com propósito político de manutenção do poder.

O afluxo de excitações é excessivo em relação à tolerância do aparelho psíquico, quer se trate de um só acontecimento muito violento (emoção forte) ou de uma acumulação de excitações cada uma das quais, tomada isoladamente, seria tolerável; o princípio de constância começa por ser posto em xeque, pois o aparelho não é capaz de descarregar a excitação. (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 523)

É fato que o aparelho psíquico, de acordo com Freud, tem seu funcionamento fundamentado em um mecanismo de distribuição da energia psíquica – o aparelho psíquico nem sempre atua para a realização imediata das pulsões, mas, ao contrário, sua função inclui a retenção e sublimação das energias - o que permite a construção da sociedade e da cultura. Esse mecanismo possibilita a renúncia de desejos e de satisfações imediatas por meio do direcionamento de energias. A constituição da sociedade demanda, portanto, um certo funcionamento do psíquico que atenda as construções sociais e as leis impostas pelas relações dentro dessas sociedades, funcionando como uma forma de censura a alguns desejos em prol da relação coletiva. Entretanto, o desejo por poder que é constituinte dos colonizadores não foi redirecionado. Para satisfazer esses desejos, os colonizadores construíram uma sociedade que lhes permitisse violentar outros grupos, submetendo-os a realizar seus desejos diversos e garantindo a sustentação de seus privilégios. A colonização, portanto, atende aos desejos de dominação do colonizador, ao mesmo tempo que gera sofrimentos psíquicos diversos e específicos dos grupos colonizados.

Fanon, em sua sociogêneses, mostra que as violências exercidas e a estrutura criada para sustentar a colonização são causadores diretos do trauma colonial. Em termos psíquicos, esse trauma é decorrente da inferiorização promovida pela negação de uma constituição de um eu legítimo. Em outras palavras, é através da nadificação, objetificação e negação da humanidade, presentes nos discursos e na construção do simbólico social, que oferece experiências de inferiorização e de objetificação, causando trauma nas pessoas negras. No geral, são as palavras, olhares, os atos de exclusão e de repulsa, motivados pela ideia de supremacia branca, que geram nas pessoas negras essas experiências traumáticas.

“Preto sujo!” Ou simplesmente: “Olhe, um preto!” Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma leveza que eu pensava perdida e, extraindo-me do mundo, me entregou ao mundo. Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu. (Fanon, 1952/2008, p. 103)

A diferença racial, fundamental para a dominação, oferece uma visão hierárquica dos grupos, sendo primeiramente anunciada pelo colonizador, como afirma Fanon (1952/2008, p. 30): “aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”. Junto com a definição de raças distintas, surgem também distinções que vão além da quantidade de melanina na pele. Trata-se, agora, de construir no outro, no preto, tudo aquilo que o branco rejeita para si mesmo, criando um terreno seguro para a domesticação do que passa a ser considerado inferior. A linguagem denuncia essa lógica, acompanhada com a linguagem de gestos, construções de leis, formas de ensino, produção de ciência, arte e tudo aquilo que é considerado humano, que são sistematicamente negados ao negro. Dado que esses elementos são fundamentais para nossa relação com o mundo e com os outros, o resultado de uma visão de mundo que inferioriza o negro manifesta-se em olhares, gestos e atitudes hostis direcionadas a esse negro. O resultado é o adoecimento psíquico, “o explodir”, como diz Fanon. Esse sentimento decorre da violência da objetificação do outro, que é privado do lugar legítimo da humildade. Contudo, como vimos, esse mundo criado para ostentar o lugar de poder unicamente para os brancos foi construído justamente para consolidar este lugar. A epistemologia invertida assume um discurso que naturaliza a hierarquia racial, garantindo que somente o branco seja reconhecido como o representante legítimo da humanidade. A inferiorização e o reconhecimento do estatuto de não humano, estabelecidos nessa lógica de dominação, causam dor e sofrimento àquele que se depara, nitidamente, com esse lugar de inferioridade racial consolidado dentro da lógica de opressão. Contudo, não há qualquer justificativa racional e/ou científica para essa hierarquia. Em outras palavras, a adesão a uma hierarquia racial é amplamente considerada, mas carece de fundamentos racionais. O desprezo e a repulsa por pessoas negras não possuem justificativas, exceto como uma estratégia política para sustentar a colonização. Diz Fanon:

[...] eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça. Estava exposto a algo irracional. Os psicanalistas dizem que não há nada de mais traumatizante para a criança do que o contacto com o racional. Pessoalmente eu diria que, para um homem que só tem como arma a razão, não há nada de mais neurotizante do que o contato com o irracional. (Fanon, 1952/2008, p. 110)

A constatação da irracionalidade e do preconceito ocorre por meio do contato do negro com a sociedade irracional constituída pelo homem branco. Fanon argumenta que a psicanálise se propõe a analisar as doenças psíquicas no âmbito da família e entende que este é um dos lugares fundamentais para a construção das psicopatologias do indivíduo. Reconhecendo a família como o centro primário de desenvolvimento da criança e o espaço onde são impostos limites aos desejos do indivíduo para

que o mesmo possa ingressar na sociedade e atender às demandas do grupo social ao qual pertence, Fanon identifica que a sociedade é uma continuação, em termos de organização de poder e relações hierárquicas, da estrutura da família nuclear. Diz Fanon:

Nunca se salientará suficientemente que a psicanálise, como se sabe, se propõe a compreender determinados comportamentos no seio de um grupo específico representado pela família. E quando se trata de uma neurose vivida por um adulto, a tarefa do analista é reencontrar, na nova estrutura psíquica, uma analogia com certos elementos infantis, uma repetição, uma cópia de conflitos surgidos no seio da constelação familiar. Em qualquer dos casos, procura-se considerar a família “como objeto e circunstância psíquicas”. Todavia, no nosso caso, os fenômenos vão se complicar significativamente. A família, na Europa, representa uma maneira que tem o mundo de se oferecer à criança. A estrutura familiar e a estrutura nacional mantêm relações estreitas. [...] A criança que deixa o meio familiar reencontra as mesmas leis, os mesmos princípios, os mesmos valores. Uma criança normal, crescida em uma família normal, será um homem normal. Não há desproporção entre a vida familiar e a vida nacional. [...] Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contacto com o mundo branco. Como talvez esta proposição não seja compreendida de imediato, avançaremos retrocedendo. (Fanon, 1952/2008, pp. 127-128, 129)

Quando a criança negra se depara com uma sociedade construída com base em uma hierarquia na qual as pessoas brancas são as representantes da lei, do poder e das figuras estampadas em revistas e jornais, e percebe que esse corpo não possui qualquer identificação com o seu próprio, ela perde aquela referência estabelecida dentro da família nuclear. Não há mais conexão entre o estabelecimento de uma organização social familiar e a estrutura da sociedade. O que ocorre, portanto, é uma desfiguração daquela criança, que, por falta de referências na sociedade, como figuras de liderança ou heróis, buscará como referência para conexão daquele “eu” constituído na economia familiar com o lugar estabelecido para pessoas brancas. Contudo, em algum momento, essa criança será denunciada pela sua melanina, excluída e marginalizada. Assim, todas as possibilidades de constituição de um “eu” que antes fazia sentido na economia familiar, e que deveria integrar-se no coletivo, ao se deparar com o mundo branco ele se desfaz. Neste sentido, podemos afirmar que há um trauma que se constitui a partir da relação do indivíduo com a sociedade. Nessa medida, Fanon afirma “toda neurose, todo comportamento normal” (Fanon, 1952/2008, p. 135)⁸ do povo negro é resultado de uma situação cultural à qual ele é submetido diariamente, por todos os meios de comunicação de formação, ou seja, pela visão que a sociedade projeta sobre o grupo ao qual pertence.

⁸ “Fora algumas falhas surgidas em ambiente fechado, podemos dizer que toda neurose, todo comportamento anormal, todo eretismo afetivo em um antilhano resulta da situação cultural. Em outras palavras, há uma constelação de dados, uma série de proposições que, lenta e sutilmente, graças às obras literárias, aos jornais, à educação, aos livros escolares, aos cartazes, ao cinema, à rádio, penetram no indivíduo – constituindo a visão do mundo da coletividade à qual ele pertence” (Fanon, 1952/2008, p. 135).

A proposta de um trauma que tem como princípio a condição social em que determinado grupo de pessoas vive é também o propósito de Kilomba que se propõe a analisar a construção do racismo a serviço da colonização e suas implicações psíquicas. Fanon é um dos principais interlocutores de Kilomba, e a estrutura investigativa da sociogenia desempenha um papel fundamental em sua investigação. Assim como Fanon, Kilomba está interessada em compreender a constituição psíquica dos povos não brancos na situação colonial e pós-colonial. É perceptível que a reprodução de determinadas características do olhar de inferiorização para as pessoas negras prevalece, mesmo com o fim da escravização. Alinhada à psicanálise, Kilomba começa questionando o baixo número de pesquisas na psicanálise voltadas para o racismo. A autora entende que essa é uma demanda urgente, mas que tem tido pouca atenção dos psicanalistas⁹. Embora tenha se passado algum tempo desde a publicação desse texto e possamos afirmar que houve avanços significativos nas análises de psicanálise que envolva racismo, é importante destacar que ainda há uma forte demanda, sobretudo dentro do próprio grupo de pessoas racializadas, por pesquisas aprofundadas. Essas investigações são fundamentais para ajudar a compreender a situação psíquica atual de um povo que foi por longo tempo violentado.

O estabelecimento do trauma, para Kilomba, não se dá somente no ambiente familiar, mas também pelas condições sócio-históricas do colonialismo, que se mantém até os dias atuais. Kilomba mostra, em sua argumentação, como fundamento do estabelecimento do trauma está na constituição do povo negro como o outro, e mais, como um outro incomum e estranho, que é constituído a partir do mundo branco. Esse mundo foi organizado e abarcado, tanto em termos de conhecimento quanto em termos linguísticos, para garantir que a hierarquia racial e a inferiorização dos povos negros fossem naturalizadas. Em outras palavras, trata-se de um mundo de pura irracionalidade, mas funcionou para o propósito da dominação. Nos diz Kilomba:

Esse é o trauma do sujeito negro; ele jaz exatamente nesse estado de absoluta “Outridade” na relação com o sujeito branco. Um círculo infernal: “Quando pessoas gostam de mim, dizem que é apesar da minha cor. Quando não gostam de mim, apontam que não é por causa da minha cor”. Fanon (1967, p. 116) escreve: “Em ambas as situações, não tenho saída”. Preso no absurdo. Parece, portanto, que o trauma de pessoas negras provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta

⁹ “O trauma, no entanto, raramente é discutido dentro do contexto do racismo. Essa ausência indica como os discursos ocidentais, e as disciplinas da psicologia, e da psicanálise em particular negligenciaram amplamente a história da opressão racial e as consequências psicológicas sofridas pelas/os oprimidas/os. [...] Contudo, os dolorosos efeitos do trauma mostram que as/os africanas/os do continente e da diáspora foram forçadas/os a lidar não apenas com traumas individuais e familiares dentro de uma cultura branca dominante, mas também como trauma histórico coletivo da escravização e do colonialismo reencarnado e reestabelecido no racismo cotidiano, através do qual nos tornamos, novamente a /o Outra/o subordinado e exótico da branquitude.” (Kilomba, 2008/2019, p. 215).

barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o “Outra/o”, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum. (Kilomba, 2008/2019, p. 78)

Aquilo que é em incomum, incompatível e conflitante que foi impresso na existência do povo negro só é possível em paralelo ao que é comum, compatível e harmônico, o qual, na sociedade, é representado pelo homem branco. Este, estrategicamente, autodenomina-se com todas essas características, além da civilização natural, do uso perfeito da razão e como representante legítimo do que é belo. A branquitude, que historicamente detém o poder, foi por um longo tempo, a única representante da ciência, da história, da linguagem, entre outros campos, tendo, portanto, livre acesso ao estabelecimento de um simbólico social que, dada a lógica de poder, foi constituído por uma ideia de superioridade branca. De acordo com Kilomba, isso é resultado de uma estrutura narcisista do branco. E é narcisista, pois se coloca como o único representante possível da humanidade, internalizando na visão da sociedade sobre o real uma superestimação em si, das características ditas humanas, enquanto denega ao negro aspectos de inferiorização.

Outro aspecto importante para compreender o processo de inferiorização da negritude, que sustenta o trauma, é o fato de que a construção da superioridade da branquitude está condicionada à marginalização do sujeito negro. Para garantir o branco como suprassumo da moral, da civilização e do conhecimento – e, conseqüentemente, da garantia de poder – a branquitude demanda de uma figura que represente o diferente, a fim de que possa servir de objeto de comparação. Ou seja, a negritude é construída pela branquitude como seu polo oposto, pois só assim ela pode afirmar em si mesma aspectos positivos, se comparados com aquilo que é estabelecido no outro como negativo. Construir a negritude como uma projeção das mazelas que não se quer imprimidas na sua própria existência é um processo comum da psique, transferir para o outro aquilo que não se deseja em si. Portanto, a branquitude, narcisista e ambiciosa, jamais incorporaria em seu eu aspectos de violência e maldade, ainda que a história tenha atestado essa violência, nega em si e corporifica tais características naqueles que quer subordinar. No entanto, essa projeção não ocorre de forma isolada; ela é alimentada por um imaginário social construído historicamente, que associa o sujeito negro ao perigo, à agressividade e à sexualidade. Essa construção é reforçada por discursos midiáticos, acadêmicos e culturais, que criam e perpetuam estereótipos negativos, transformando o negro no “Outro”, que serve como contraponto para a autoafirmação da branquitude.

Sueli Carneiro nos oferece uma explicação sobre a construção desse “outro” a partir da necessidade de fundamentar o ser. Para Carneiro, a construção da branquitude como Ser implica a

efetivação do que ela chama de “paradigma do Outro”, no qual o Ser é construído a partir daquilo que é o não-ser, que será o outro. Nesse sentido, “no caso da negritude, a sua irredutibilidade consiste no seu deslocamento para uma alteridade que a institui como a dimensão do não-ser do humano” (Carneiro, 2023, p. 19). Carneiro avança em sua investigação ao propor as implicações da construção da branquitude e da negritude com base no par conceitual ôntico e ontológico de Martin Heidegger.

Heidegger distingue entre as categorias do ôntico e do ontológico: O ôntico se refere aos entes particulares, ou às determinações do ser, ao passo que o ontológico diz respeito ao ser enquanto tal. Então, raça, cor, cultura, religião e etnia seriam da ordem do ôntico, das particularidades do ser. O ser humano, especificamente, inscreve-se na dimensão ontológica. O que nos permite supor que o racismo reduz o ser a sua dimensão ôntica, negando-lhe a condição ontológica, e deixando incompleta a sua humanidade. (Carneiro, 2023, p. 19)

Carneiro utiliza-se de Heidegger para mostrar como o racismo opera ao negar a humanidade dos negros, submetendo-os a uma compreensão de si mesmos apenas a partir de suas características particulares. Em outras palavras, de acordo com Carneiro, o negro é reduzido ao caráter ôntico de sua existência, enquanto a branquitude sustenta, em sua existência, o aspecto ontológico – aquilo que é puramente humano e que engloba as particularidades deste mundo. O negro, reduzido ao ôntico, perde o aspecto ontológico e, portanto, a humanidade que constitui esse aspecto. A condição ontológica plena, no entanto, é exclusiva da branquitude, enquanto a negritude é percebida como mais uma “coisa” entre as demais coisas. O que está em jogo para Carneiro é o fato de que, na branquitude, há acesso à universalidade que liberta, enquanto a negritude é submetida à particularidade que enclausura. Essa negação da humanidade é fundamental para Kilomba e Fanon, pois é um dos eixos centrais da visão que se estabelece no simbólico e condiciona a percepção do branco sobre o negro. Na visão do branco, o negro é reduzido às mazelas que não correspondem de fato ao que o negro é, mas às fantasias que o branco cria para se sentir superior em relação ao negro. Essa articulação, como já mencionamos, está condicionada pelas ferramentas da linguagem, pelas mídias, pela construção de imagens, pelas leis, entre outros dispositivos.

Ao acompanharmos as análises sugeridas por Kilomba e Carneiro, percebemos um avanço investigativo, na medida em que suas reflexões destacam as peculiaridades do atravessamento de outro marcador social: o gênero. Em outras palavras, Kilomba e Carneiro ressaltam que, no que diz respeito à experiência vivida por mulheres negras, além das opressões sofridas pela raça, elas enfrentam também outra estrutura de opressão: a de gênero. Nesse sentido, as violências sofridas pelas mulheres negras possuem especificidades que não permitem uma abordagem única da violência

colonial¹⁰. Não se trata de analisar qual opressão é mais violenta ou qual demanda mais investigação por meio de uma classificação hierárquica das violências. Contudo, ignorar o fato de que existem especificidades resultantes da condição interseccional da existência da mulher negra é promover um movimento de desconexão da análise do real, no qual se desconsideram as vivências concretas de uma parte da população negra que não é composta por homens e que, por não “ser homem”, enfrenta uma condição de violência distinta. Neste sentido, diz Kilomba:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do “outro”. (Kilomba, 2008/2019, pp. 190-191)

Nesse sentido, os atravessamentos de raça e gênero oferecem uma condição de violência distinta da vivenciada pelos homens negros, atravessados pelo racismo, e pelas mulheres brancas, atravessadas pela violência de gênero. É importante ressaltar que, em alguma medida, a mulher branca se aproxima do estatuto de poder estabelecido pelo homem branco devido à sua brancura, enquanto o homem negro se aproxima pelo fato de ser homem. Assim, de algum modo, a mulher branca pode utilizar ferramentas da branquitude, mesmo sendo a “outra” do homem branco, da mesma forma que o homem negro pode utilizar ferramentas do machismo e do patriarcado, mesmo sendo o “outro” do homem branco. A mulher negra, por sua vez, ocupa o lugar do “outro do outro”. Apesar dessa construção ser útil para compreender a relação entre os marcadores sociais de gênero e raça na sociedade, Kilomba (2008/2019, p. 99) afirma que não há uma equiparação entre o sexismo e o racismo. De fato, não há como equiparar, por exemplo, os privilégios que a mulher branca usufruir aos modos como o homem negro se utiliza do machismo e do patriarcado. Isso porque, no caso do homem negro, ele só pode exercer algum tipo de “poder” sobre a mulher negra e, ainda assim, a lógica de opressão do racismo tende a transformar o patriarcado em uma ferramenta de dominação branca, pois, quem exerce o poder legítimo é o homem branco.

De acordo com Kilomba, estabelecer um paralelo entre racismo e sexismo com base no fato de que ambos produzem ideologias fundamentadas em diferenças naturais e biológicas não é suficiente para afirmar que a mulher branca sofre uma opressão equivalente à do racismo. Equiparar

¹⁰ Os marcadores sociais fundamentais para as autoras são três: raça, gênero e classe. No entanto, não iremos, neste trabalho, explorar as implicações de classe para o tema, mas, entendemos a importância do marcador classe para uma abordagem mais completa das opressões vividas por grupos motorizados.

as opressões acaba promovendo o silenciamento das mulheres negras, na medida em que não se reconhece a especificidade das vivências dessas mulheres, atravessadas tanto pela raça quanto pelo gênero¹¹.

Outro argumento fundamental de Kilomba encontra-se nos testemunhos de racismo cotidiano que ela insere em seu texto. Kilomba argumenta que há uma manutenção da situação colonial nos tempos atuais. O colonialismo presente na sociedade contemporânea visa à manutenção do lugar de poder e exploração do grupo hegemônico. A consolidação, em termos psíquicos, da superioridade racial branca em detrimento das demais raças permanece de tal forma que o racismo cotidiano virou um “ritual de conquista do branco”¹², uma forma para reviver a conquista colonial narrada nos discursos heroicos que a história da expansão territorial europeia relata. Um desejo de reviver “as grandes conquistas” dos seus antepassados. Diz Kilomba:

É como se o sujeito branco tivesse a urgência em recuperar o objeto de sua perda. Em um estado de luto e desespero, o sujeito branco realiza então um ritual de ocupação colonial, rejeitando a ideia de que tal perda tenha ocorrido. Assim, ele protesta contra o fato: “Eu digo que sou alemã”, declara Alicia. “Ah! Não, não! Mas você não pode ser alemã”, respondem pessoas brancas tentando desesperadamente restaurar a perda de um passado colonial. Enquanto o sujeito branco reencena o passado, o presente é proibido ao sujeito negro. Essa é a função do racismo cotidiano: restabelecer uma ordem colonial perdida, mas que pode ser revivida no momento em que o sujeito negro é colocado novamente como a/o “Outra/o”. (Kilomba, 2008/2019, p. 225)

Nesse sentido, podemos dizer que o racismo cotidiano é a ferramenta central do processo de colonização. Isso porque o racismo foi constituído no período da escravização e permanece até os dias atuais como meio de subjugação dos povos não brancos. Para compreender o papel do racismo cotidiano, Kilomba retoma o título *Memórias da Plantação* para indicar o modo pelo qual o racismo

¹¹ Pode-se argumentar que, como processos, o racismo e o sexismo são semelhantes, pois ambos constroem ideologicamente o senso comum através da referência às diferenças “naturais” e “biológicas”. No entanto, não podemos entender de modo mecânico o gênero e a opressão racial como paralelos porque ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de forma diferente e, no caso das mulheres negras, eles se entrelaçam. Na tentativa de comparar o sexismo e o racismo, as feministas brancas esquecem de conceituar dois pontos cruciais. Primeiro, que elas são brancas e, portanto, têm privilégios brancos. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas negras. E, segundo, que as mulheres negras também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo. Uma falha irônica, porém trágica, que teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global (Kilomba, 2008/2019, p. 100).

¹²“O colonialismo jaz exatamente na extensão da soberania de uma nação sobre um território além de suas fronteiras e é essa também a experiência do racismo cotidiano. Não importa onde você esteja: em um ônibus, em uma festa, na rua, em um jantar ou até mesmo no supermercado. Alicia e Kathleen descrevem o racismo cotidiano como um ritual branco de conquista colonial, pois elas sentem que estão sendo invadidas como um pedaço de terra. Seus corpos são explorados como continentes, suas histórias recebem novos nomes, suas línguas mudam; e, acima de tudo, elas se veem sendo moldadas por fantasias invasivas de subordinação. Por um momento, elas se tornam colônias metafóricas” (Kilomba, 2008/2019, p. 202).

cotidiano contribui para a construção de uma sociedade que mantém a lógica de poder dominante entre o grupo branco. De acordo com a autora, plantação é uma metáfora que sustenta a imagem de um passado escravocrata marcado pela dominância plena do grupo branco, enquanto memória é um instrumento que condiciona a situação colonial como algo que, de um lado, traz lembranças de uma história violenta para o colonizado e, de outro, uma história de privilégios para o colonizador. Outro aspecto que compõe a construção do conceito de trauma colonial é a ideia da ferida violenta. Como vimos, a noção de trauma está associada à psicanálise. Diz Kilomba:

Eu quero usar a metáfora da “plantação” como o símbolo de um passado traumático que é reencenado através do racismo cotidiano. Estou, portanto, falando de um trauma colonial que foi memorizado. O passado colonial foi “memorizado” no sentido em que “não foi esquecido”. [...] A ideia da “plantação” é, além disso, a lembrança de uma história coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor, uma história que é animada através do que chamo de episódios de racismo cotidiano. A ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. [...] O termo trauma é originalmente derivado da palavra grega para “ferida” ou “lesão”. (Kilomba, 2008/2019, pp. 213-214)

O trauma colonial então, pode ser compreendido como ferida violenta na psique que foi memorizada por meio da lembrança de uma história coletiva violenta e que é ensinada através do racismo cotidiano. O racismo cotidiano é a ferramenta da colonização por meio da violência colonial que mantém a memória de um passado violento e a vivência no presente de violências coloniais atualizadas. É possível destacar diversos exemplos de racismo na atualidade que reforçam a proposição de Kilomba. Há inúmeros casos arbitrários de violência policial contra pessoas negras, dificuldades de acesso à educação de qualidade, ao entretenimento, à segurança, à justiça e até mesmo ao reconhecimento como seres humanos. Os casos de racismo cotidiano, ainda presentes em nossa sociedade, reforçam princípios estabelecidos no período da colonização, que continuam sistematicamente violentando as pessoas negras. Além da violência permanecer a mesma, o adoecimento psíquico prevalece entre os grupos minorizados, e o trauma colonial segue sendo característico dos povos marginalizados. É importante ressaltar que a estratégia de dominação e o interesse na exploração dos corpos e dos territórios também permanecem. A ambição do grupo hegemônico branco continua sendo o pilar organizador da estrutura social e, mesmo com o fim da escravização, ainda vivemos sob uma lógica colonial que opera sobre diversos territórios e grupos marginalizados.

Referências

- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fanon, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas* (Trad. R. Silveira). Salvador: EDUFBA, 2008.
- Fanon, F. (1956). Racismo e cultura. In: F. Fanon. Em defesa da revolução africana. *Présence Africaine*, 184, 2011.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra* (Trad. E. Rocha e L. Magalhães). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- Freud, S. (1934). *Introdução à psicanálise*. (Trad. E. Davidovich). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista de Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Kilomba, G. (2008). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- Laplanche, J. e Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. (Trad. P. Tamen e D. Lagache, 4. ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Mills, C. (1997). *O Contrato Racial*. (Trad. Teófilo Reis e Breno Santos). Rio de Janeiro: Zahar, 2023.